

IX ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO – EEPG/RJ

“A Geografia toma partido: impactos das Reformas Educacionais”

Data: 21 a 23 de julho de 2017

Local: Colégio Estadual Amaro Cavalcanti (Largo do Machado nº 20 – Catete/RJ)

Logo após o XVII Encontro Nacional de Geógrafos (Belo Horizonte-MG, 2012), ao sistematizar o relatório das reuniões dos GTs de Ensino das seções locais Niterói e Rio de Janeiro, realizadas neste ENG, foi proposto uma MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE E CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA. Contudo, desde pelo menos o EEPG/RJ de Cabo Frio (2011), as AGBs Niterói e Rio de Janeiro vêm debatendo e denunciando as políticas educacionais brasileiras, o desenvolvimento do ensino de geografia na educação básica e a formação de professores.

Embora permaneça atual a proposta de MOBILIZAÇÃO, a conjuntura dos últimos anos fez avançar as chamadas pautas conservadoras, materializadas em projetos de lei e/ou projetos de emendas constitucionais apresentadas no Congresso Nacional: escola sem partido, estatuto da família, delimitação de terra indígena pelo congresso nacional, Igrejas como representação coletiva junto ao STF - permitindo questionar a constitucionalidade de projetos contrários a liberdade religiosa. E, a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 - impedimento sem crime de responsabilidade -, se desdobraram vários ataques aos direitos sociais conquistados ao longo de muitas lutas das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

O golpe tem funcionalidade na recessão econômica do capitalismo financeiro internacional, resultante da quebra de bancos na bolha imobiliária em 2008 nos EUA. Do ponto de vista do capital, recessão é crise de acumulação. Portanto, é necessário recuperar as perdas, transferindo para os/as trabalhadores/as os prejuízos da crise do neoliberalismo e, simultaneamente, criando novos setores de acumulação. Esta pauta no Brasil se traduz nas propostas do governo golpista - apoiado pelo congresso nacional – de rasgar a constituição de 1988, visando cortar gastos (sociais) e aumentar a arrecadação (novos impostos para os/as trabalhadores/as). A prorrogação da DRU (desvinculação das receitas da união) até 2023 flexibiliza os gastos, pois permite que 30% do orçamento possa ser utilizado livremente pelos governos federal, estaduais e municipais, significando a perda de 120 bilhões para a seguridade social. Para produzir superávit primário - que permita a manutenção do pagamento da dívida e seus juros - foi aprovada, em dezembro de 2016, a Emenda Constitucional que limita por 20 anos os gastos públicos, gastos primários com saúde, educação, seguridade social. O mesmo sentido tem a reforma da previdência. Para conter os gastos (custos) dos setores privados, as propostas de contenção dos direitos trabalhistas (reforma trabalhista e terceirização). A outra saída para a crise do capital é o aprofundamento ou criação de

novos setores de acumulação, como a previdência privada, o meio ambiente e, em especial, a educação.

No ensino superior, desde os anos 1980, o crescimento substantivo das matrículas foi no setor privado, chegando a mais de 70% das matrículas (2012). A partir de 2007, com a abertura de capital das empresas de ensino superior para negociar ações nas bolsas de valores, aprofundou-se o processo de mercantilização, concentração e desnacionalização do ensino, já que muitas empresas internacionais – a Pearson, a Laureate, etc - participaram da compra e fusão de vários grupos educacionais. Empresas como Kroton, Estácio, Pearson e Abril lideram os principais negócios no setor, envolvendo bilhões de reais. Além disso, estas empresas se beneficiam do financiamento público, permitido pela constituição federal e ratificado pelo atual plano nacional de educação, através do acesso aos recursos públicos dos programas de financiamento estudantil, como o FIES. Como negócio, estas empresas buscam aumentar seus lucros minimizando os custos, com grandes implicações negativas na qualidade da formação da juventude brasileira, na dissociação do tripé ensino-pesquisa-extensão constituinte do ensino superior universitário.

Na educação básica predominam as políticas de meritocracia e de gestão privada-empresarial da escola pública, em que o Rio de Janeiro é um caso exemplar. A gestão empresarial objetiva o controle ideológico dos profissionais de educação e a transformação das redes públicas de ensino num mercado de compra e venda de pacotes educacionais, que incluem comercialização de programas e currículos, desenvolvimento e aplicação de testes padronizados aos alunos (avaliação externa), cursos de atualização de professores e materiais didáticos. Do ponto de vista político, o propósito é formar o indivíduo obediente e consumidor e o/a novo/a trabalhador/a flexível, exigindo a regulação e controle da escola, das professoras e dos professores pelo currículo e pela avaliação externa.

Neste contexto geral, estão em pauta as recentes mudanças na educação brasileira, com destaque para a construção da base nacional comum curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio, que acaba com a obrigatoriedade do componente curricular geografia do currículo. E no Rio de Janeiro, a crise política de um governador que já foi cassado pelo TRE-RJ e a denominada crise fiscal do governo Cabral/Pezão que concedeu bilhões de reais de isenção fiscal para grandes e pequenas empresas, ao mesmo tempo em que aumentou até o limite o endividamento do estado; com o conseqüente desfinanciamento dos serviços públicos e não pagamento dos salários dos servidores e das servidoras.

Portanto, não faltam motivos para a mobilização das professoras e professores de geografia. Desta forma, o IX EEPG/RJ – Fala Professor/a tem os seguintes propósitos:

- Analisar esta conjuntura educacional e suas implicações para a geografia, que permita que a AGB tome partido e construa posicionamentos e ações contra as atuais políticas educacionais neoliberais.
- Atualização de novas perspectivas e temáticas relativas ao ensino de geografia e à análise geográfica da realidade.
- Aprofundar propostas de outra política educacional a serviço das trabalhadoras e trabalhadores.

Programação:

Horário	Sexta-Feira 21/07/2017	Sábado 22/07/2017	Domingo 23/07/2017
08:00		Oficinas	Plenária Final
10:00		Relatos de Experiências	
14:00 às 17:00	Credenciamento	Grupos de Trabalho	
18:30	Abertura	Roda de Conversa	
19:30	Mesa Redonda		
21:30	“A Geografia toma partido: impactos das Reformas Educativas”	Atividade Cultural	

Observação: será disponibilizado alojamento em salas de aula (sendo necessário trazer colchonete ou colchão inflável; roupas de cama e banho); e creche no dia 22/07 (de 8:00 às 19:00), para crianças com idade de 04 a 12 anos.

Mesa Redonda

A mesa redonda, que possui o mesmo título do evento, terá como objetivo apresentar aos participantes uma leitura provocativa acerca dos projetos de Reformas Educacionais que estão em curso no Brasil. A criação da Base Nacional Comum de Currículo e a imposição da Reforma do Ensino Médio são os pontos de maior tensão no momento. Esses projetos impactam diretamente na prática cotidiana e na formação docente e discente. A Geografia precisa responder à essas políticas.

Relatos de Experiências

Os Relatos de Experiências pretendem ser um momento de diálogo, onde as professoras e os professores construirão a pauta de discussão acerca de suas práticas cotidianas. A atividade está estruturada em 10 eixos, nos quais professoras e professores que se interessarem pela temática abordada irão se inscrever em um dos eixos, podendo enviar seu relato com até 500 caracteres. E contarão com a participação de um(a) provocador(a), com experiência no enfrentamento da problemática em questão, que a partir das experiências relatadas terá a tarefa de estimular o debate entre os/as participantes.

Eixos dos Relatos de Experiência:

1. Cibercultura: linguagens e mídias
2. Regulação do trabalho docente pelos materiais didáticos
3. Escola como Espaço de Conflito
4. Educação Especial e Inclusiva
5. Educação de Jovens e Adultos
6. Ensino de Geografia e Questões Étnico Raciais
7. Educação Popular
8. Gênero e Diversidade na escola
9. Ensino de Geografia e Currículo
10. Natureza e Meio Ambiente

Grupos de trabalho

Os Grupos de Trabalho são um momento em que os GTs atualmente existentes nas AGBs Niterói e Rio apresentam os debates que vêm realizando e chamam a comunidade geográfica a debater essas problemáticas e participar das ações.

Oficinas

As Oficinas são espaços onde professoras/es, coletivos ou grupos de pesquisa, oferecem aos participantes do encontro suas experiências no tratamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas, como forma de estimular o debate acerca de um determinado assunto.

Prazo para envio de propostas de oficinas (informando título, ementa, material que irá utilizar e qual o número de participantes): 21/06/2017 através do e-mail: eepeg.rj@gmail.com

Roda de Conversa

A roda de conversa proporciona uma comunicação dinâmica entre os/as participantes do encontro, através da problematização do tema, socialização de saberes e reflexão de ações.

Plenária Final

A Plenária é o espaço onde os/as participantes se encontram para debater e avaliar o próprio Encontro e pensar desdobramentos do mesmo, seja para a sua prática cotidiana, seja para atuação da AGB.

Valores de Inscrição:

Associadas/Associados quites anuidade 2017: Gratuita

Não-associados/associadas: R\$ 40,00 (até 30/06/2017) e R\$ 50,00 (no encontro)

Conta para depósito: Agência 0199 Conta 003000541-8

Caixa Econômica Federal, favorecido: AGB Niterói

Informações para associação:

Seção local Niterói agbniteroi@yahoo.com.br

Seção local Rio de Janeiro agb.riodejaneiro@gmail.com

Inscrição: no credenciamento 21/07/2017 ou até **30/06/2017 no endereço eletrônico:**

<https://goo.gl/forms/IiZC7QYIfH2PVhJW2>

Realização e Organização

AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seções Locais Niterói e Rio de Janeiro